

-----**ACTA N.º 22/2007**-----

-----Aos sete dias do mês de Novembro de dois mil e sete, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----Hélder Bruno da Fonseca Gomes;-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Rui Jorge Pinto Correia; -----

-----António Graça Silva. -----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior de Segunda Classe. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** começou por questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre a notícia que estava a ser difundida pela comunicação social e que se referia ao possível arrombamento do Clube de Tiro, por parte desta edilidade. -----

-----Referiu que ficou surpreendido com esta tomada de posição, dado que em reunião de Câmara onde foi discutido este assunto, a posição da autarquia era de partir para os meios judiciais e tratar a questão, por esta

via. Considera que esta mudança de atitude em nada abona a favor da edilidade, porque, mesmo sendo hipoteticamente detentores da razão, perdem-na ao terem uma tomada de força. No entanto gostaria de ouvir quais os argumentos do Executivo. -----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que os edis que passaram ao longo dos tempos pela presidência desta autarquia, têm que ter a noção que quando acabam os mandatos, abandonam o cargo e os bens, porque estes são da edilidade. E este caso retracta uma dessas situações, ou seja, o Campo de Tiro foi “emprestado” ao Clube de Caça e Pesca, pelo anterior Presidente da Câmara, mas continua a ser património desta autarquia, logo terá que ser devolvido, uma vez que nunca foi formalizada qualquer posse. -----

-----Referiu que a Câmara Municipal encetou todos os procedimentos para repor a situação e encontrar uma solução, contudo nunca houve abertura por parte do Clube de Caça e Pesca. -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** questionou unicamente, se de facto houve ou não arrombamento. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** referiu que este assunto se arrasta há já dez meses, tendo-se iniciado com o levantamento dos bens pertença da autarquia, feito pela Secção de Património, e que impossibilitados de inventariar os bens existentes no Campo de Tiro, a autarquia procedeu à notificação do Senhor Presidente do Clube de Caça e Pesca, para uma reunião, a fim de solucionar esta situação. Perante a sua não comparência e a recusa em entregar as chaves do recinto, a única hipótese foi a via judicial. -----

-----Esteve presente nesta reunião, a Jurista da Câmara Municipal para prestar alguns esclarecimentos relativamente ao assunto

supramencionado, começando por dizer que o Campo de Tiro, nos moldes em que se encontra, não cumpre os requisitos legais exigidos para a prática da modalidade. -----

-----Referiu que a Câmara Municipal solicitou por diversas vezes, junto do Clube de Caça e Pesca de Celorico da Beira a entrega do Campo de Tiro, recusando-se esta instituição a proceder à entrega. -----

-----Após sucessivas comunicações entre ambas as entidades (cartas registadas) o Clube de Caça e Pesca demonstrou total desinteresse na resolução da questão, pelo que foi então apresentada, em 12 de Julho de 2007, no Tribunal Judicial de Celorico da Beira, notificação judicial avulsa, na qual se requeria a notificação da arguida (Clube de Caça e Pesca), para que no prazo de oito dias procedesse à entrega das chaves respeitantes às instalações do Campo de Tiro, propriedade da Câmara Municipal. -----

-----Referiu que, mesmo assim, a entidade em causa ignorou o teor da notificação.-----

-----Foi feita uma pesquisa documental no espólio da autarquia, da qual resultou não existir qualquer contrato que vinculasse esta edilidade e o Clube de Caça e Pesca. -----

-----Informou que, eventualmente, poder-se-ia entender que existia um contrato de comodato gratuito, no entanto, e se por mera hipótese este existisse, o comodatário teria de restituir a coisa logo que lhe fosse exigido (cfr. Art. 1137.º, n.º 2 do Código Civil). -----

-----Perante esta situação de posse ilegal e tendo sido logradas todas as tentativas de resolução, foi solicitado por escrito a presença de elementos da GNR de Celorico da Beira, que acompanharam a substituição de fechaduras no Campo de Tiro. -----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** questionou sobre a legalidade do acto praticado. Tendo sido esclarecido que foram cumpridos todos os formalismo legais, até porque segundo a Jurista da Autarquia estavam perante um acto de autotutela. -----

-----Por fim, os Senhores **Vereadores Rui Correia e Hélder Bruno** referiram que se consideravam esclarecidos, reiterando que o Executivo deve dar conhecimento destas situações, para que não se criem falsas interpretações.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos:-----

- PARTICIPAÇÃO DE ACIDENTE EM SERVIÇO;**-----
- PROJECTO “CIDADE LIMPA” – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO;**-----
- PLACA DE ESTACIONAMENTO DO PÁROCO, JUNTO À IGREJA EM CORTIÇÔ DA SERRA;**-----
- REALIZAÇÃO DE ENTRADAS DE CAPITAL DA RESIESTRELA;**---
- CONVITE AO ESTABELECIMENTO DE PARCERIA;**-----
- MAPA DE OBRAS PARTICULARES;**-----
- PROPOSTA DE COOPERAÇÃO ENTRE A PLANICÔA E A CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA;**-----
- RENOVAÇÃO DAS BOLSAS DE ESTUDO 2007/2008;**-----
- PASSE ESCOLAR;**-----
- ABERTURA DE CONCURSO PARA BOLSAS DE ESTUDO;**-----
- CANDIDATURA AO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO;**-----
- ALTERAÇÃO À TABELA DE PREÇOS DO REGULAMENTO CRECHE/ATL/COMPONENTE À FAMÍLIA;**-----
- AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DO ROC – RELATÓRIO DE APRECIÇÃO DE PROPOSTAS;**-----

-----**DGAL – ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL EM 2007. SITUAÇÃO REPORTADA A 30 DE JUNHO DE 2007;**-----

-----**PEDIDO DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**-----

-----**I - APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEZASSETTE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E SETE**-----

-----Foi presente a acta número vinte e um, da reunião ordinária do Executivo de dezassete de Outubro de dois mil e sete, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.-----

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada por maioria, com uma abstenção.**-----

-----**Absteve-se o Senhor Presidente da Câmara, José Francisco Gomes Monteiro, por não ter estado presente na referida reunião.**-----

-----**II - SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**-----

-----**ASSUNTO: TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA 2008**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património que se anexa a esta acta (**anexo I**), dando conhecimento que a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), surgiu com a Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, tendo sido deliberado a sua implementação no ano de 2007.-----

-----Mais informa que, para que esta taxa seja cobrada no ano 2008, é necessário deliberação da Câmara e Assembleia Municipal até ao fim do mês de Dezembro para fixar o percentual, não podendo ultrapassar os 0,25%.-----

-----Face ao exposto, o Senhor Presidente propôs que seja implementada a taxa de 0,25%, no Município de Celorico da Beira, para o ano de 2008. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, de acordo com a alínea a), do n.º 6, do art. 64.º, da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para apreciação e aprovação do percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem para vigorar no ano de 2008, nos termos do proposto, ao abrigo da alínea e), n.º 2, do art. 53.º, da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**ASSUNTO: TAXAS DE IMI PARA 2008**-----

-----Dando cumprimento ao estipulado na alínea f), do n.º 2, do art. 53.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Setembro, foi presente, pelo Senhor Presidente, uma proposta que se apensa a esta acta (**anexo II**), para a fixação da taxa do IMI, para o ano 2008, com os seguintes quocientes: -----

-----Prédios rústicos: 0,8%; Prédios urbanos: 0,4% a 0,8% e Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,2% a 0,5%.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** referiu que estas receitas, apesar de pouco significativas para o município, são necessárias, até porque em 2008 vão descer, em virtude da adopção de benefícios relativos à interioridade, designadamente o IMT, por isso propõem que se mantenham as mesmas taxas praticados no ano anterior.-----

-----A Câmara deliberou por maioria, com dois votos contra e três a favor, nos termos do art. 112.º do CIMI, estabelecer uma taxa de 0,8% para prédios rústicos, de 0,7% para prédios urbanos e de 0,4% para prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, para o ano de 2008, de acordo com o estipulado na alínea f), do n.º 2, do art. 53.º, da Lei n.º 5-

A/2002, de 11 de Janeiro, submete à aprovação da Assembleia Municipal. -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: BENEFÍCIOS RELATIVOS À INTERIORIDADE (IMT)**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património que se anexa a esta acta (**anexo III**), referindo que de acordo com o artigo 39º - B dos Estatutos dos Benefícios Fiscais, no número 3), ficam isentas de pagamento de IMT as aquisições por jovens com idade compreendida entre os 18 e os 35 anos de idade, de prédio ou fracção autónoma de prédios urbanos situados nas áreas beneficiárias (Portaria 2086/2001, de 13 de Dezembro), destinado exclusivamente à primeira habitação própria, desde que o valor sobre o qual iria incidir o imposto não ultrapasse os valores máximos de habitação a custos controlados acrescidos de 50%, e de prédios ou fracções autónomas de prédios urbanos, desde que situados nas áreas beneficiárias e afectos duradouramente à actividade das empresas.-----

-----Mais informa, que estas isenções ficam dependentes de autorização do órgão deliberativo conforme n.º 5 do artigo 39º - B dos EBF.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que é a primeira vez que se vai aplicar esta medida em Celorico da Beira, pretendendo-se com a mesma, a afixação de jovens no concelho que promovam o seu desenvolvimento e revitalização. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar do imposto municipal sobre as tramitações onerosas de imóveis (IMT) as aquisições constantes do n.º 3, do artigo 39º - B dos Estatutos dos Benefícios Fiscais e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, conforme o n.º 5 do artigo 39º - B dos EBF.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: APLICAÇÃO DA DERRAMA**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património que se anexa a esta acta (**anexo IV**), referindo que de acordo com o artigo 14º, da Nova Lei das Finanças Locais, os Municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento sobre o IRC. Também e de acordo com o n.º 4 do mesmo artigo, a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal deliberar lançar taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150 000€.

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que, embora tenha consciência que a aplicação desta taxa representaria uma receita significativa para a autarquia, considera que a criação de condições para o desenvolvimento do comércio e indústria, impedem o Executivo de enveredar por esta alternativa, uma vez que a sua aposta passa pela captação de novos investimentos no concelho, propondo que a taxa de aplicação da derrama seja de 0%.

-----**Nos termos da alínea a), do n.º 6, do art.º 64.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, e para os efeitos previstos na alínea f), do n.º 2, do art.º 53.º, do mesmo diploma, a Câmara deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o lançamento de 0% de derrama, para o ano de 2008.**

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**III - GABINETE JURÍDICO**-----

-----**ASSUNTO: LICENÇA DE PUBLICIDADE**-----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, datada de vinte e dois de Outubro do corrente ano, referindo que tendo sido solicitado pela AG – Associação do Comércio e Serviços no que respeita à licença de publicidade a requerer pelos proprietários dos estabelecimentos situados na área de intervenção das Estradas de Portugal e da Câmara Municipal, informa que as taxas de publicidade devem ser pagas a uma única entidade por forma a evitar a dupla tributação pelo mesmo serviço. Assim, nas áreas de jurisdição da Câmara Municipal, a tributação é exclusivamente da competência da Câmara Municipal. -----

-----No que respeita à licença de publicidade a requerer pelos proprietários dos estabelecimentos situados na área de intervenção das Estradas de Portugal, será esta a entidade responsável pela respectiva cobrança da taxa. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, que a partir do ano de 2008, os proprietários dos estabelecimentos situados na E.N. 17 procedam ao pagamento da taxa de publicidade, apenas às Estradas de Portugal.** -----

-----**ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A LAR DA 3.ª IDADE - ANTÓNIO JOAQUIM TOMÁS**-----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, datada de quinze de Outubro do corrente ano, referindo que foi solicitado ao Gabinete Jurídico parecer pela Secção do Ambiente e Obras Particulares sobre a construção de um edifício destinado a lar de 3.ª idade (centro de acolhimento), sito em Aldeia Rica, freguesia de Açores. -----

-----O pedido de informação prévia n.º 2/2007, relativo a esta questão foi sujeito a parecer técnico, o qual por despacho considerou “deferido nos termos do parecer técnico”. -----

-----Sucede contudo, que nos termos do disposto no n.º 1, do art. 44.º do PDM, a área de implantação não poderá exceder 500m² de construção. O

projecto apresentado pelo requerente possui uma área de construção de 2.122,80 m². Nestes termos, em face da legislação aplicável (PDM) a pretensão do requerente não tem viabilidade. -----

-----Porém atendendo, à construção em causa, à sua finalidade e ao desenvolvimento que poderá proporcionar a nível de oportunidade de postos de trabalhos no concelho, será recomendável e oportuno submeter esta questão a reunião de Executivo. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão do requerente.** -----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE ISENÇÃO DE IMT - CARLA SOFIA DE OLIVEIRA MARCELINO**-----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, datada de sete de Setembro do corrente ano, dando conhecimento que foi requerido por Carla Sofia de Oliveira Marcelino, a isenção do pagamento de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis. -----

-----Mais informa, que as isenções de IMT estão dependentes de autorização do órgão deliberativo do Município, facto que ocorrerá no próximo dia 16 de Novembro de 2007, em sessão extraordinária da Assembleia Municipal. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, notificar a Senhora Carla Sofia de Oliveira Marcelino, para informar que a isenção de IMT, iria ser objecto de deliberação na próxima sessão da Assembleia Municipal.** -----

-----**IV - DIVISÃO DE AMBIENTE E OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: João Afonso**-----

-----Foi presente requerimento n.º 1018, datado de vinte e seis de Setembro de dois mil e sete, em nome de João Afonso, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito no lugar e freguesia de Maçal do Chão, inscrito sob o artigo matricial número trezentos e três, por o mesmo ter sido construído antes de mil novecentos e oitenta e um e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de vinte e sete de Março de mil novecentos e oitenta e um. -----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que o mesmo foi construído antes de mil novecentos e oitenta e um. No entanto na certidão de teor emitida pelo Serviço de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em mil novecentos e noventa e quatro. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o edifício a que o requerente se refere foi construído antes de mil novecentos e oitenta e um, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a petição do requerente.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**V - LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE DONATIVO**-----

-----Foi presente ofício da Liga Portuguesa Contra o Cancro, referindo que na sequência do trabalho que foi desenvolvido pela anterior Direcção têm a grata satisfação da Liga Portuguesa Contra o Cancro e em particular o Núcleo Regional do Centro, terem dado início ao processo de digitalização de imagem do Programa de Rastreio de Cancro da Mama, solicitando assim, um donativo à Câmara Municipal. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um donativo no montante de 250€ (duzentos e cinquenta euros), à Liga Portuguesa Contra o Cancro. -----

-----VI - MUNICÍPIO DE ALVAIÁZERE-----

-----ASSUNTO: ACÇÃO DE SOLIDARIEDADE-----

-----Foi presente ofício número 562, datado de dezanove de Outubro de dois mil e sete, proveniente do Município de Alvaiázere, referindo que dando seguimento a um pedido de solidariedade da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, solicita um donativo de 5€ (cinco euros), a fim de dar continuidade à campanha de solidariedade que está a decorrer para o jovem Carlos Manuel Caeiro Mestre, com cinco anos de idade, que sofreu um acidente ficando com tetraplegia incompleta e que necessita de fazer um tratamento na Clínica “Ciren Havana”, em Cuba. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da ordem de trabalhos, uma vez que o referido subsídio já havia sido atribuído em reunião de Câmara do dia seis de Dezembro de dois mil e seis.-----

-----VII - MUNICÍPIO DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO-----

-----ASSUNTO: QREN - PROJECTOS ESTRATÉGICOS TRANSVERSAIS-----

-----Foi presente ofício número GAP – 591/2007, datado de vinte e dois de Outubro de dois mil e sete, proveniente do Município de Figueira de Castelo Rodrigo, referindo que a Resolução do Conselho de Ministros de 02/02/2006 determinou que o PO da Região Centro seja estruturado tematicamente de forma a dar corpo na região a duas grandes prioridades, considerando as suas especificidades e potencialidades, que passam pelo Reforço da Competitividade e a Valorização do Território. -----

-----Considerando a participação do referido Município, na Comissão de Aconselhamento Estratégico Regional, em representação dos Municípios da Beira Interior Norte, e porque é fulcral identificar as prioridades a operacionalizar, solicitam a indicação de cinco projectos que sejam considerados estratégicos e transversais para a Região, para que a execução do PO Regional seja passível de promover desenvolvimento económico, social e territorial na Beira Interior Norte.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** lançou um repto no sentido de os Senhores Vereadores apresentarem propostas de projectos que considerem relevantes para o Concelho de Celorico da Beira.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**VIII - PROTOCOLO ENTRE O INATEL E A CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA - "CENTRO DE FÉRIAS DE LINHARES DA BEIRA"** -----

-----Foi presente Protocolo de Intenções celebrado entre a Câmara Municipal de Celorico da Beira e o INATEL, relativamente ao Centro de Férias de Linhares da Beira, que se apensa a esta acta (**anexo V**).-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Celorico da Beira e o INATEL, que visa a intenção da criação e dinamização do Centro de Férias de Linhares da Beira, através da exploração do complexo turístico constituído pelos Solares Brandão de Melo e Corte Real, cedidos pela Câmara Municipal de Celorico da Beira, nos termos do presente protocolo.** -----

-----**Mais deliberou, por unanimidade, submeter o mesmo à apreciação e votação da Assembleia Municipal.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----IX - TURRISFAX - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TERRENO NO PARQUE INDUSTRIAL (ÁREA DE APROX. 1 500M2)-----

-----Foi presente fax da Turrifax, datado de vinte e nove de Outubro de dois mil e sete, que se apensa a esta acta (**anexo VI**), solicitando à Autarquia de Celorico da Beira a cedência de um terreno inserido no Parque Industrial, com a área aproximada de 1.500 m², para instalação de um Centro Integrado de Valorização Ambiental (CIRVA), cuja principal actividade se insere no sector de ambiente, englobando na sua área de intervenção, o Tratamento de Resíduos de Construção e Demolição (RCD) e Resíduos Orgânicos e Florestais.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ceder um lote de terreno no Parque Industrial de Fornotelheiro, ao Grupo Turrifax, para sediar um Centro Integrado de Valorização Ambiental, dando início à tramitação burocrática necessária para formalizar o pedido.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----X - CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PROJECTO STAR-----

-----Foi presente documento escrito, datado de vinte e nove de Outubro do corrente ano, Proveniente dos Promotores do Projecto STAR, S.A., que se apensa a esta acta (**anexo VII**), propondo à Câmara Municipal de Celorico da Beira um projecto de reestruturação e dinamização do Mercado de Gado de Celorico da Beira, espaço que neste momento se encontra sem actividade, para serviços de gestão e tratamento de roupas e cujos promotores são Paulo Martins e Dulce Marques.-----

-----**Face à importância para a economia do Concelho de Celorico da Beira, do projecto apresentado, o Senhor Presidente da Câmara propôs que seja dada continuidade ao mesmo, através da abertura de**

concurso para exploração deste espaço, tendo em conta a proposta apresentada em reunião de Câmara do dia 11 de Abril de 2007. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----XI - COCEBA - PROPOSTA DE PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇO-----

-----Foi presente uma Proposta de Protocolo de Cedência de Espaço, a celebrar entre a Câmara Municipal de Celorico da Beira e a COCEBA, relativamente à ocupação e utilização das suas instalações na Rua dos Bombeiros Voluntários e que se apensa a esta acta (**anexo VIII**). -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que a assinatura deste protocolo iria solucionar em grande parte a falta de espaço e condições de trabalho que afecta algumas secções e trabalhadores desta autarquia. Designadamente, iria permitir a criação de um Gabinete de Candidaturas, essencial para a prossecução dos projectos a apresentar no âmbito do novo quadro de apoio, bem como, a transferência de alguns gabinetes e criação de um espaço internet, nas instalações da Coceba, promoveria a revitalização da zona baixa da Vila de Celorico, beneficiando o comércio aí existente. -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** referiu que iriam votar contra, por considerarem que este protocolo é uma forma camuflada de injectar dinheiro na Coceba. Anteriormente, este Executivo tinha invocado a débil situação financeira, para justificar não dar continuidade ao protocolado com a anterior direcção, acha que a justificação dada pelo Senhor Presidente, em nada muda a situação, até porque, tal como já aqui foi referido a autarquia tem Gabinetes a funcionar no Leilão de Gado, pelo que a solução partiria pela recuperação desse edifício para o efeito. -----

-----O Senhor **Vereador António Graça Silva**, declarou-se impedido e abandonou a sala, não participando na discussão e aprovação da presente deliberação. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, aprovar o Protocolo de Cedência de Espaço, a celebrar entre a Câmara Municipal de Celorico da Beira e a COCEBA, relativamente à ocupação e utilização das suas instalações na Rua dos Bombeiros Voluntários.-----

-----Votaram a favor o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vereador José Luís Saúde Cabral e contra os Senhores Vereadores Rui Correia e Hélder Bruno. -----

-----Verificando-se um empate, o Senhor Presidente da Câmara, usando o voto de qualidade, nos termos do n.º 2, do artigo 89.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, desempatou, votando a favor.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** retomou os trabalhos.-----

-----**XII - PCP - APRESENTAÇÃO DE REQUERIMENTO SOBRE "AUXÍLIOS FINANCEIROS E COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA ENTRE A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E CENTRAL - ANO 2007"**-----

-----Foi presente ofício do PCP, datado de vinte e seis de Outubro de dois mil e sete, informando que o Deputado José Soeiro, do Grupo Parlamentar do PCP, apresentou na Assembleia da República um requerimento dirigido ao Governo sobre “Auxílios financeiros e cooperação técnica e financeira entre a Administração Local e Central (Ano 2007)”. -----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

-----**PARTICIPAÇÃO DE ACIDENTE EM SERVIÇO**-----

-----A Câmara tomou conhecimento da participação do acidente em serviço, ocorrido no dia vinte e sete de Outubro de dois mil e sete, pelas catorze horas e trinta minutos, referente à funcionária Cristina Saraiva Faustino, com a categoria de Auxiliar dos Serviços Gerais, tendo o Executivo deliberado, por unanimidade, considerá-lo como acidente em serviço. -----

-----**PROJECTO “CIDADE LIMPA” – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO**-----

-----Foi presente Protocolo celebrado entre o Município de Celorico da Beira e a Associação de Municípios da Cova da Beira para ratificar, que se anexa à presente acta (**anexo IX**). -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o Protocolo entre o Município de Celorico da Beira e a Associação de Municípios da Cova da Beira, relativo ao Projecto “Cidade Limpa”.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**PLACA DE ESTACIONAMENTO DO PÁROCO, JUNTO À IGREJA EM CORTIÇÔ DA SERRA**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 444/2007, datada de trinta e um de Outubro do corrente ano, informando que após contacto telefónico com o Senhor Padre Carlos Pina Paula, pároco de Cortiçô da Serra, o mesmo não mostrou grande interesse na demarcação de um lugar de estacionamento destinado ao pároco no Largo do Rossio fora das imediações da Igreja, pelo que foi sua opinião, a não demarcação imediata de qualquer lugar a ele destinado. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**REALIZAÇÃO DE ENTRADAS DE CAPITAL DA RESIESTRELA**----

-----Foi presente ofício número 4023/2007, datado de vinte e nove de Outubro de dois mil e sete, proveniente das Águas do Zêzere e Côa, dando conhecimento que, considerando que se prevê a todo o tempo a publicação do diploma que cria o Sistema Municipal e constitui a Sociedade Resiestrela, verifica-se a necessidade de proceder à realização das entradas iniciais de capital social. -----

-----Nestes termos solicitam, que a autarquia Celoricense na qualidade de futuros accionistas da sociedade, aquando da elaboração dos documentos, nomeadamente o orçamento de 2008 e o Plano Plurianual de Investimentos para o triénio 2008 – 2010, incluam as dotações necessárias de acordo com o seguinte: -----

Accionista	n.º acções	Capital social €	%	1.ª Chamada (2007/2008)	2.ª Chamada (Jan. 2009)	3.ª Chamada (Jan. 2010)
CM Celorico da Beira	15.568	77 840	1,95%	23 350	27 245	27 245

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, que aquando da elaboração dos documentos previsionais, nomeadamente o Orçamento de 2008 e o Plano Plurianual de Investimentos para o triénio de 2008 – 2010, se incluam as dotações e verbas necessárias de acordo com o quadro supramencionado.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**CONVITE AO ESTABELECIMENTO DE PARCERIA ENTRE A CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO E O MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA** -----

-----Foi presente minuta de protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Celorico da Beira e a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, que tem como objecto o

apoio mútuo às colectividades do Concelho e que se anexa à presente acta (anexo X). -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município de Celorico da Beira e a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, que visa apoiar mutuamente as colectividades do Concelho. -----

-----**MAPA DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----A Câmara tomou conhecimento do mapa número treze, de dois mil e sete, elaborado pela Secção de Obras Particulares, contendo a relação dos despachos, que recaíram sobre as obras de edificação, anexo à presente acta, ficando dela a fazer parte integrante (anexo XI). -----

-----**PROPOSTA DE COOPERAÇÃO ENTRE A PLANICÔA E A CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente documento, datado de dois de Novembro do corrente ano, proveniente da Planicôa e que se apensa a esta acta (anexo XII), referindo que a Planicôa pretende instalar a sua sede social em Celorico da Beira, onde pretende fundar também uma Escola Profissional para a Recuperação do Património, se aí encontrar condições ideais que lho permitam fazer, solicitando para o efeito as instalações do antigo edifício do leilão de gado ou um lote de terreno com cerca de 2.000 m², para as respectivas construções. -----

-----Atendendo ao facto de que o assunto apresentado visa o mesmo objectivo que os anteriores, a Câmara deliberou, por unanimidade, aplicar os mesmos critérios. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**RENOVAÇÃO DAS BOLSAS DE ESTUDO 2007/2008**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de cinco de Novembro de dois mil e sete, dando conhecimento da cessação da Bolsa de Estudo do aluno Carlos André Salgado Carvalho, por transferência de curso e das renovações das Bolsas de Estudo para o ano lectivo de 2007/2008, da aluna Ana Luísa Martins Ferreira, matriculada no 2º ano de Direito na Universidade de Coimbra e da aluna Vanessa Alexandra Lopes da Silva, matriculada no 2º ano de Design Equipamento na Faculdade de Belas Artes em Lisboa. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**PASSE ESCOLAR**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de vinte e nove de Outubro do corrente ano, referindo que no decorrer da análise do processo relativo à Acção Social Escolar, verificou-se que no respectivo regulamento não se encontram previstas as seguintes situações:

-----Crianças que não se encontram a frequentar a escolaridade obrigatória ou que já atingiram o limite de idade para a frequência do ensino obrigatório. -----

-----Após a análise do processo de Passe Escolar da aluna Cátia Alexandra Caetano dos Santos e do aluno Tiago José da Conceição Fernandes, o Gabinete de Acção Social verificou o enquadramento no respectivo escalão. Tendo por referência os escalões definidos no Regulamento de Acção Social Escolar, em vigor, ao escalão A (capitação até 181,23€) corresponde a isenção e ao B (capitação de 181,24€ até ao Salário Mínimo Nacional) pagamento de 50% do valor. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar de pagamento de Passe Escolar a aluna Cátia Alexandra Caetano dos Santos, do**

escalão A e o aluno Tiago José da Conceição Fernandes, do escalão B, pagamento de 50% do valor. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----ABERTURA DE CONCURSO PARA BOLSAS DE ESTUDO -----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de cinco de Novembro de dois mil e sete, referindo que no que concerne à atribuição/abertura de concurso de Bolsas de Estudo para o ano lectivo 2007/2008 alertam para duas questões:-----

-----Foi apresentada informação do Gabinete de Acção Social (G.A.S.) a 5 de Novembro de 2007, com o assunto “Renovação de Bolsas de Estudo 2007/2008”, onde consta a cessação da Bolsa de Estudo do aluno Carlos André Salgado Carvalho; -----

-----A bolseira Lia Fernanda Azevedo Nunes concluiu no dia 20 de Julho de 2007 a Licenciatura em História, pelo que deixa de usufruir da bolsa de estudo no corrente ano lectivo;-----

-----Assim, de acordo com o exposto informa-se que para o ano lectivo 2007/2008 existem 2 vagas para as Bolsas de Estudo.-----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

-----CANDIDATURA AO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO -----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, dando conhecimento da candidatura ao financiamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico. -----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

**-----ALTERAÇÃO À TABELA DE PREÇOS DO REGULAMENTO
CRECHE/ATL/COMPONENTE À FAMÍLIA -----**

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de trinta e um de Outubro do corrente ano, informando que deu entrada no Município no dia 29 de Outubro de 2007, um ofício do Ministério da Educação do Centro com a assunto “Candidatura ao Programa do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo” no qual refere o valor estipulado pelo despacho n.º 19 165 de 24 de Agosto de 2007 (1,42 €). Tendo em consideração as orientações dadas pelo Ministério da Educação do Centro, o preço estabelecido por refeição aos alunos do 1.º Ciclo é de 1,42 €. Devendo constar a seguinte informação na tabela de preços: -----

-----Preços 2007/2008, ATL/ESCOLA relativamente à alimentação no valor de 31,24€. -----

-----**Segundo as orientações dadas pelo Ministério da Educação do Centro, a Câmara deliberou, por unanimidade, alterar a tabela de preços 2007/2008 do Regulamento Creche/ATL/Componente de Apoio à Família de Santa Luzia, sendo o preço mensal estabelecido por refeição aos alunos do 1.º Ciclo de 31,24€.**-----

-----**Mais deliberou, por unanimidade, que a alteração efectuada terá vigor desde Novembro de 2007, até ao final do ano lectivo em curso, ficando sujeita a uma revisão anual, de acordo com o montante fixado pelo Ministério da Educação.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

**-----AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DO ROC – RELATÓRIO DE
APRECIACÃO DE PROPOSTAS-----**

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património, datada de dezoito de Outubro de dois mil e sete, que se apensa a esta acta (**anexo XIII**), relativamente à aquisição de serviços do ROC. -----

-----**Nos termos do Relatório da Apreciação das Propostas, a Câmara deliberou, por unanimidade, adjudicar definitivamente a prestação de serviços à firma Marques Almeida, S. Tavares, J. Nunes & Simões, SROC, pelo valor anual de 9 960,00€, acrescido de MA e autorizar a realização da respectiva despesa.** -----

-----**Deliberou ainda, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal a nomeação do Revisor Oficial de Contas, nos termos do n.º 2, do art. 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**DGAL – ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL EM 2007 SITUAÇÃO REPORTADA A 30 DE JUNHO DE 2007**-----

-----Sobre o assunto em tópico, a Direcção Geral das Autarquias Locais informa que, no que respeita ao cumprimento dos limites de médio e longo prazo e líquido, previstos na Lei das Finanças Locais, e através da informação prestada por esta autarquia em 01.01.2007 e 30.06.2007, constata-se que o município reduziu, até 30/06/2007, 13% e 0,4% do montante em excesso apurado em 01/01/2007 quanto ao limite de endividamento líquido. Nos termos do n.º 4 do artigo 33.º da Lei do OE/2007, esse município deverá, até ao final do corrente ano, atingir pelo menos 10% de redução do excesso inicialmente apurado.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**PEDIDO DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

-----**O Executivo deliberou, por unanimidade, que fosse solicitada a convocação da Assembleia Municipal, para uma Sessão Extraordinária nos termos da alínea a), do n.º 1, do art. 50.º da Lei n.º**

169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção destinada à discussão e votação dos seguintes pontos: -----

-----Aprovação das taxas de IMI para o ano de 2008; -----

-----Aprovação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2008;-----

-----Benefícios Relativos à Interioridade – Isenção de IMT;-----

-----Lançamento de Derrama para o ano de 2008; -----

-----Protocolo de intenções entre o INATEL e a Câmara Municipal de Celorico da Beira – Centro de Férias de Linhares da Beira;-----

-----Nomeação do Revisor Oficial de Contas.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram dezoito horas e trinta minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----
